

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO (PARA REGISTRO DE PREÇOS) nº 16/2013
PROCESSO nº 12/051-M
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
14/06/2013
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/06/2013, ÀS 09:30
HORAS
OFERTA DE COMPRA Nº 101101100472013OC00017

O Senhor **WAGNER VIEIRA**, Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, c.c. artigo 8º, do Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO (PARA REGISTRO DE PREÇOS)**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo MENOR PREÇO POR AGRUPAMENTO – Processo nº **12/051-M**, objetivando a **CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA aquisição de material de escritório**, que será regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto estadual nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo Decreto estadual nº 47.945, de 16 de julho de 2003, pelo regulamento anexo à Resolução nº CC-27, de 25/05/2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. **As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.**

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

I. DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a constituição de Sistema de Registro de Preços para **aquisição de material de escritório**, nos exatos termos das especificações e condições constantes deste Edital, em conformidade com o Memorial Descritivo – **Anexo I**.

II. DA PARTICIPAÇÃO

1 - Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estiverem registrados no **CAUFESP**, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no regulamento anexo à Resolução SF nº 23, de 25/07/2005.

1.1 O registro no **CAUFESP**, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico, realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

1.2 As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no **CAUFESP**, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.

2 A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, declare, mediante assinalação nos campos próprios, que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos à Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

3 A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

- 4 Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 5 O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 6 Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 6, bem como para fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal previsto na alínea “f”, do item V deste Edital, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.

III. DAS PROPOSTAS

1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço **www.bec.sp.gov.br** ou **www.bec.fazenda.sp.gov.br** na opção “**PREGAO – ENTREGAR PROPOSTA**”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.
2. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
 - a) indicação da procedência, marca e modelos dos produtos cotados, observadas as especificações do Memorial Descritivo, constante do **Anexo I** deste Edital;
 - b) **preços totais, por agrupamento/lote**, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
3. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
4. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
5. Os valores a serem apresentados na proposta devem ser referentes ao mês de apresentação da proposta.

6. Prazo para pagamento da fatura: em até 30 dias corridos, contados da data do aceite definitivo correspondente.

7. Todos os créditos serão realizados no Banco do Brasil S.A., nos termos do Decreto Estadual nº 55.357, de 18 de janeiro de 2010, para fins de pagamento.

8. A proposta de preço **deverá** estar acompanhada da seguinte documentação (a ser inserida/anexada diretamente no site da BEC): **Planilha de Proposta de Preços (Anexo VIII)**, preenchida em todos os seus tópicos e **sem elementos que permitam a identificação da licitante ofertante, sob pena de desclassificação.**

8.1. Só serão aceitos arquivo(s) contendo o(s) anexo(s) indicado(s) no subitem 8, deste item III, elaborado(s) no formato(s) indicado(s) no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta.

8.2. Havendo divergência entre os valores consignados no(s) arquivo(s) indicado(s) no subitem 8, deste item III, e os valores lançados no formulário eletrônico de encaminhamento da proposta, prevalecerão estes últimos.

9. Os preços ofertados permanecerão fixos e irrevogáveis.

IV. DA HABILITAÇÃO

1. O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no subitem 9, do item V, deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em

exercício;

e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal, da sede da licitante;

d) Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

e) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeitos de Negativa, instituída pela Lei nº 12.440/2011.

1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

a.1) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada na alínea “a”, deste subitem 1.3, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de atestado(s) de fornecimento, pertinente(s) e compatível(is) em características, quantidade e prazos referentes ao objeto da contratação, contemplando

no mínimo 40% da quantidade da execução pretendida para cada item, nos termos da súmula 24 do TCE de São Paulo, para comprovação da qualificação operacional.

a.1) Os atestados deverão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da empresa participante, com a indicação do cargo e telefone de quem assinou o atestado para confirmação.

1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

1.5.1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

- a) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº 42.911, de 06/03/1998 - **Anexo II** deste Edital;
- b) inexistente impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei estadual nº 10.218, de 12 de fevereiro de 1999 – conforme **Anexo VI** deste Edital;
- c) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho (parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado) – **Anexo VIII** deste Edital;

2 – DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

V. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

1. No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.1. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- c) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação.

2.1.1. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.

2.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

2.3O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

2.4Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

3Será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

4.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

4.1.1. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles, conforme **Anexo IV**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

4.1.1.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **o preço global do respectivo agrupamento de itens/lote**.

4.2. A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

4.2.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 3 (três) minutos do período de que trata o subitem 4.2 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

4.2.1.1. Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no subitem 4.2.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema, do último lance que ensejar prorrogação.

4.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

a) dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

b) do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

4.4 A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 4.2.

4.5 Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores.

5. Para essa classificação será considerado o último preço admitido de cada licitante.

6. Com base na classificação a que alude o subitem 5 deste item, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

6.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 6.1.

6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte, e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº

11.488, de 15/06/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 6.1.

6.3 Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5, seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

7. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos subitens 6.1 e 6.2, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o subitem 5, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

8. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Órgão Gerenciador, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.2. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

9 Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

a) Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item IV deste Edital;

b) Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item IV deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações;

b.1) Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos, os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

c) A licitante poderá, ainda, suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital,

mediante a apresentação de documentos, desde que os envie no curso da própria sessão pública do pregão e até a decisão sobre a habilitação, por meio de fac-símile (fax) para o nº (0XX11) 3838-4115, ou pelo e-mail: licitacoes@fapesp.br;

c.1) Sem prejuízo do disposto nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, deste subitem 9, **serão apresentados, obrigatoriamente, por fax ou por correio eletrônico, toda a documentação exigida no item IV – Da Habilitação, deste edital.**

d) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

e) Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante da alínea “c”, **deverão ser apresentados na Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, **em até 02 (dois) dias úteis** após o encerramento da sessão pública, **sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação** e a aplicação das penalidades cabíveis;

f) Para habilitação de microempresas, empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei federal nº 11.488, de 15/06/2007, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no subitem 1.2, alíneas “a” a “e” do item IV deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame;

h) Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. Deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por fac-símile ou outro meio eletrônico.

10. A licitante habilitada nas condições da alínea “f”, do subitem 9 deste item V, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11. A comprovação de que trata o subitem 10 deste item V deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério do Órgão Gerenciador.

12. Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do subitem 9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no subitem 11, para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V.

13. Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal de que tratam os subitens 10 e 11 deste item V, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação, observado o disposto no mesmo subitem 11.

14. Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, nos moldes dos subitens 10 a 13, deste item V, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o subitem 5 do mesmo item V, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

15. Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

16. Em seguida, proceder-se-á ao julgamento da habilitação das licitantes que aceitaram fornecer ao preço da vencedora do certame, observadas as disposições do subitens 9 a 13, deste subitem V.

VI. DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO.

1. Divulgado o vencedor ou saneada a irregularidade fiscal nos moldes dos subitens 10 a 13 do item V, ou, ainda, se for o caso, encerrado o julgamento da habilitação das demais participantes que concordaram em fornecer ao preço da vencedora do certame, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema.

2. Havendo interposição de recurso, na forma indicada no subitem “1” deste item, o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública, e às demais licitantes que poderão apresentar contra razões, em igual número de dias, os quais começarão a correr do término do prazo para apresentação de memoriais, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, no endereço do Órgão Gerenciador, ou seja, Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP.

2.1. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção **RECURSO**, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, **Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, observados os prazos estabelecidos no subitem 2, deste item.

3. A falta de interposição na forma prevista no subitem “1” deste item importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro proporá à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

4. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e determinará a convocação dos beneficiários para a **assinatura da Ata de Registro de Preços**.

6. A Ata de Registro de Preços será formalizada com a observância das disposições do artigo 12, do Decreto estadual nº 47.945, de 16/07/2003 e será subscrita pela autoridade competente que assinou o Edital.

7. A licitante que convocada para assinar a Ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

8. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem 7, deste item VI.

9. A(s) vencedora(s) do certame obriga(m)-se a apresentar, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de adjudicação do objeto, os novos preços unitários e total para a contratação, a partir do total final obtido no certame.

9.1. Esses novos preços serão apresentados pela licitante vencedora em nova planilha a ser entregue diretamente na **Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos**, sita na Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo – SP.

9.2. Se a licitante vencedora deixar de cumprir a obrigação estabelecida no subitem 9, deste item VI, no prazo ali mesmo assinalado, os preços unitários finais válidos para a contratação serão apurados pelo Contratante, com a aplicação do percentual que retrate a redução obtida entre o valor total oferecido na proposta inicial e o valor total final obtido no certame, indistintamente, sobre cada um dos preços unitários ofertados na referida proposta.

VII. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

1. À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

2. A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

a) fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

b) durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

VIII. DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação da respectiva Ata, sendo vedada a prorrogação acima deste prazo nos termos do Decreto Estadual nº 58.494 de 29 de outubro de 2012.

2. O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições

estabelecidas nos artigos 18 e 19, do Decreto estadual nº 47.945, de 16/07/2003.

IX- DAS CONTRATAÇÕES

1 - Os fornecedores do objeto incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

3 - Quando da necessidade de contratação, os Órgãos Participantes, por intermédio dos gestores dos contratos por eles indicados, consultarão o Órgão Gerenciador para obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados.

4- Com as informações do Órgão Gerenciador, o Gestor convocará o fornecedor para a celebração do contrato – Anexo V.

5 - Para instruir a formalização da contratação o Órgão Participante contratante verificará, por meio eletrônico hábil de informações, as certidões de regularidade de débito do fornecedor perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos, ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e a dívida ativa da União), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva com efeitos de Negativa, instituída pela Lei nº 12.440/2011, certificando nos autos da contratação a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

5.1 – Se não for possível obter as certidões na forma estabelecida no subitem 5, deste item X, o fornecedor será notificado para no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da notificação, apresentar as mesmas certidões sob pena de a contratação não se concretizar.

6 - Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

7 - Constitui também condição para a celebração das contratações, a inexistência de

registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da respectiva celebração.

8 – O(s) fornecedor(es) dos serviços deverá(ão), no **prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação**, comparecer na **Gerência Administrativa**, sita à Rua Pio XI, nº 1.500, 4º andar, Alto da Lapa – São Paulo - SP, para assinar a Ata de Registro de Preços.

8.1 - Fica facultado à Gerência Administrativa, em casos devidamente justificados pela adjudicatária, a realização da assinatura da Ata de Registro de Preços em local diverso do estabelecido no subitem anterior.

8.2 – O prazo de 05 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado pela FAPESP, à critério da Gerência Administrativa, em decorrência da complexidade técnica envolvida para finalização minuta da Ata de Registro de Preços, bem como em decorrência da necessidade de apresentação de documentos/comprovações pela(s) licitante(s) vencedora(s).

9 - Quando a Adjudicatária deixar de comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes das alíneas “g” e “h”, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e”, todas do subitem “9” do item V ou, ainda, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 5 deste item IX, ou se recusar a assinar o Registro de Preços, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração da contratação.

9.1 – Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do aviso.

9.2 – A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE e divulgação nos endereços eletrônicos www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br e www.imesp.com.br, opção “e-negociospublicos”.

9.3 – Na sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos subitens 7 a 10 do Item V e subitens 1, 2, 3, 4, e 6 do Item VI, todos deste Edital.

9.4. – Não sendo possível a retomada do Pregão no ambiente eletrônico, o mesmo será convertido em Presencial, devendo ser mantida a ordem de classificação das licitantes que ocorreu na sessão eletrônica.

10 - Os fornecedores de bens e serviços incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

11 - Observadas as exigências estabelecidas, o pedido de fornecimento dos bens e serviços **será feito à proponente vencedora por meio de Pedido de Compras / Serviços (modelo no Anexo IX).**

12 - A **convocação da proponente vencedora para a retirada** do Pedido de Compras/Serviços será levada a efeito por meio de correspondência, ou e-mail, ou fac-símile, devendo ser atendida no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo ou do respectivo comprovante de envio/recebimento. Não obstante, o Pedido de Compras/Serviços poderá ser considerado entregue/retirado pela proponente vencedora mediante a utilização de qualquer meio eletrônico em que possa ser obtida a confirmação de transmissão e recebimento do mesmo.

i.No ato da convocação, além de consulta ao sítio eletrônico www.sancoes.sp.gov.br, para efeito de verificação de eventuais sanções aplicadas à proponente adjudicatária, examinar-se-á, por meio da Internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), Débitos Trabalhistas (CNDT instituída pela Lei nº 12.440/2011), Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional.

ii.Não sendo possível a consulta via *Internet*, e se as certidões apresentadas para habilitação ou aquelas integrantes do cadastro estiverem vencidas, a proponente será devidamente notificada para, até a data da retirada do Pedido de Compra, comprovar a(s) exigência(s) referida(s).

13 - A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

X. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1. Os bens deverão ser entregues **em 15 (quinze) dias corridos, contados após a retirada do Pedido de Compras.**

1.1. Não será admitida a entrega parcial ou parcelada.

2. O(s) bens/produto(s) devera(ão) ser entregue(s) na sede da FAPESP, sita à Rua

Pio XI, nº 1.500, 1º Andar, Alto da Lapa, São Paulo – Capital, **no Setor de Suprimentos**, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.

XI. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

1. O objeto contratual será recebido, pelo Setor de Suprimentos da FAPESP, provisoriamente em até 02 (dois) dias úteis, contados da data da entrega dos bens, no local e endereço indicados no subitem 2 do item X anterior, acompanhado da respectiva nota fiscal/fatura.
2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.
3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
 - a) se disserem respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
 - b) se disserem respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de 04 (quatro) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.

XII. DA FORMA DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Gerência Administrativa da Contratante, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo, na forma prevista no subitem 4 do item XI.

2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 1, deste Item XII, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

2.1. Nos termos do inciso III, do artigo 1º, do Decreto nº 48.034, de 19.08.2003, que altera o RICMS, a licitante vencedora deverá indicar no respectivo documento fiscal, o valor do desconto equivalente ao imposto dispensado.

2.2. No documento fiscal emitido em nome do órgão licitante deverá ser destacado, quando for o caso, o desconto no preço referente ao ICMS, em conformidade com o artigo 55 do ANEXO I do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (RICMS-SP), com a redação dada por força do Decreto Nº 48.034, de 19/8/03.

2.3. O proponente que emitir Nota Fiscal fora do Estado de São Paulo e aquele que se enquadrar no regime de tributação “simples” paulista, de que trata a Lei Nº 10.086/98, estarão dispensados da previsão colacionada na alínea “e” do item V.

2.4. Em caso de irregularidade(s) no(s) subitem(ns) do(s) objeto(s) entregue(s) e / ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

2.5. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

3. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da Contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

4. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil S/A.

5. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária

nos termos do artigo 74 da Lei estadual nº 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5 % (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

6. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado;

6.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do Registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela FAPESP para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

XIII. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c.c. o artigo 15 da Resolução CEGP10 de 19 de novembro de 2002.

1 Os procedimentos para aplicação da penalidade de que trata o subitem 1, deste item XIII, serão conduzidos no âmbito do Órgão Gerenciador e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, garantido o exercício de prévia e ampla defesa e deverão ser registradas no CAUFESP e no endereço eletrônico www.sancoes.sp.gov.br.

2 Sem prejuízo da aplicação da penalidade de que trata o item o subitem 1, deste item XIII, poderão ser aplicadas as multas previstas em Resolução do Órgão Participante.

2.1. Os procedimentos para aplicação das multas de que trata o subitem 2, deste item XIII, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do mesmo órgão, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

XIV- DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.
2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas anteriormente.
3. As contratações adicionais referidas no subitem 2, deste item XIV, não poderão exceder, no seu conjunto, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

XV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso XIII, do regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.
4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos www.imesp.com.br, opção “enegociospublicos” e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção “pregaoeletronico”.
5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, informações ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
 - 5.1. A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos e informações, será

formulada em campo próprio do sistema, encontrado na opção EDITAL

5.2. As impugnações serão respondidas pelo subscritor do Edital e os esclarecimentos e informações prestados pelo Pregoeiro, no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.

6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro, e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC.

7. Integram o presente Edital:

Anexo I – Memorial Descritivo.

Anexo II – Modelo de Declaração de Regularidade perante o Ministério do Trabalho.

Anexo III – Portaria PR nº17/2004.

Anexo IV – Valores mínimos entre os lances ofertados.

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Atendimento às normas de saúde e segurança do trabalho.

Anexo VIII – Planilhas de Proposta de Preços.

Anexo IX – Modelo de Pedido de Fornecimento

8. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

São Paulo, 11 de junho de 2013.

Wagner Vieira
Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos

ANEXO I
MEMORIAL DESCRITIVO

1- OBJETO: Sistema de Registro de Preços para **aquisição de material de escritório.**

AGRUPAMENTO/LOTE 01

01 - CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA AZUL

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA METÁLICA DE 1,4 mm, CORPO REDONDO EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, TINTA COM MAIOR VISCOSIDADE, NA COR AZUL, GRIP EMBORRACHADO E CLIP, AMBOS NA COR DA TINTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES.

02 - CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA PRETA

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA METÁLICA DE 1,4 mm, CORPO REDONDO EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, TINTA COM MAIOR VISCOSIDADE, NA COR PRETA, GRIP EMBORRACHADO E CLIP, AMBOS NA COR DA TINTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES.

03 - CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA VERMELHA

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA METÁLICA DE 1,4 mm, CORPO REDONDO EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, TINTA COM MAIOR VISCOSIDADE, NA COR VERMELHA, GRIP EMBORRACHADO E CLIP, AMBOS NA COR DA TINTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES.

04 - CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA AZUL

QUANTIDADE: 3000 UNIDADES (CAIXAS COM 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO NO FORMATO HEXAGONAL E TRANSPARENTE, TINTA NA COR AZUL, PONTA MÉDIA DE 1 mm EM LATÃO, LARGURA DA LINHA DE ESCRITA EM 0,4 mm, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA E COM CLIP, EM CONFORMIDADE COM PADRÃO I.S.O.,

ESFERA DE TUNGSTÊNIO, PERFEITA E MUITO RESISTENTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 50 UNIDADES.

05 - CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA PRETA

QUANTIDADE: 1000 UNIDADES (CAIXAS COM 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO NO FORMATO HEXAGONAL E TRANSPARENTE, TINTA NA COR PRETA, PONTA MÉDIA DE 1 mm EM LATÃO, LARGURA DA LINHA DE ESCRITA EM 0,4 mm, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA E COM COM CLIP, EM CONFORMIDADE COM PADRÃO I.S.O., ESFERA DE TUNGSTÊNIO, PERFEITA E MUITO RESISTENTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 50 UNIDADES.

06 - CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA AZUL

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSLÚCIDA COM MATIZ À COR DA TINTA E NO FORMATO SEXTAVADO, PONTA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM PROTETOR DE METAL ROSQUEÁVEL, ESFERA DE 0,7 mm (PONTA FINA), TINTA À BASE DE ÓLEO NA COR AZUL, RENDIMENTO MÍNIMO DE 1600 m, TAMPA REMOVÍVEL VENTILADA (COM CLIP) NA COR DA TINTA, TOPETEIRA REMOVÍVEL E NA COR DA TINTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES.

07 - CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA PRETA

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSLÚCIDA COM MATIZ À COR DA TINTA E NO FORMATO SEXTAVADO, PONTA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM PROTETOR DE METAL ROSQUEÁVEL, ESFERA DE 0,7 mm (PONTA FINA), TINTA À BASE DE ÓLEO NA COR PRETA, RENDIMENTO MÍNIMO DE 1600 m, TAMPA REMOVÍVEL VENTILADA (COM CLIP) NA COR DA TINTA, TOPETEIRA REMOVÍVEL E NA COR DA TINTA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES.

08 - CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA VERMELHA

QUANTIDADE: 240 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE RESINA TERMOPLÁSTICA TRANSLÚCIDA COM MATIZ À COR DA TINTA E NO FORMATO SEXTAVADO, PONTA DE AÇO INOXIDÁVEL, COM PROTETOR DE METAL ROSQUEÁVEL,

ESFERA DE 0,7 mm (PONTA FINA), TINTA À BASE DE ÓLEO NA COR VERMELHA, RENDIMENTO MÍNIMO DE 1600 m, TAMPA REMOVÍVEL VENTILADA (COM CLIP) NA COR DA TINTA, TOPETEIRA REMOVÍVEL E NA COR DA TINTA, ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES.

09 - CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA VERMELHA

QUANTIDADE: 500 UNIDADES (CAIXAS COM 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA ESFEROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO NO FORMATO HEXAGONAL E TRANSPARENTE, TINTA NA COR VERMELHA, PONTA MÉDIA DE 1 mm EM LATÃO, LARGURA DA LINHA DE ESCRITA EM 0,4 mm, TAMPA E PLUG NA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA E COM CLIP, EM CONFORMIDADE COM PADRÃO I.S.O., ESFERA DE TUNGSTÊNIO, PERFEITA E MUITO RESISTENTE, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 50 UNIDADES.

10 - CANETA HIDROGRÁFICA AZUL, PONTA ULTRAFINA

QUANTIDADE: 360 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA HIDROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA ULTRAFINA POROSA DE APROXIMADAMENTE 0,5 mm, TINTA NA COR AZUL, PONTEIRA METÁLICA, TINTA SECA RÁPIDO, CORPO DA CANETA E TAMPA COM CLIP NA COR DA TINTA, VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

11 - CANETA HIDROGRÁFICA PRETA, PONTA ULTRAFINA

QUANTIDADE: 360 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA HIDROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA ULTRAFINA POROSA DE APROXIMADAMENTE 0,5 mm, TINTA NA COR PRETA, PONTEIRA METÁLICA, TINTA SECA RÁPIDO, CORPO DA CANETA E TAMPA COM CLIP NA COR DA TINTA, VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

12 - CANETA HIDROGRÁFICA VERMELHA, PONTA ULTRAFINA

QUANTIDADE: 240 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA HIDROGRÁFICA, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA ULTRAFINA POROSA DE APROXIMADAMENTE 0,5 mm, TINTA NA COR VERMELHA, PONTEIRA METÁLICA, TINTA SECA RÁPIDO, CORPO DA CANETA E TAMPA COM CLIP NA COR DA TINTA, VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA ENTREGA, ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

13 - CANETA MARCA TEXTO AMARELA

QUANTIDADE: 600 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA MARCA TEXTO, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE POLIPROPILENO NA COR DA TINTA, PONTA CHANFRADA PARA MARCAR COM LINHA GROSSA OU SUBLINHAR COM LINHA FINA, PONTA DE 3 A 5 mm, TINTA FLUORESCENTE BRILHANTE NA COR AMARELA, BOA RESISTÊNCIA À LUZ, TAMPA COM CLIP, TINTA À BASE DE ÁGUA, NÃO CONTÉM PVC, CERTIFICADA PELO INMETRO ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

14 - CANETA MARCA TEXTO LARANJA

QUANTIDADE: 360 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA MARCA TEXTO, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE POLIPROPILENO NA COR DA TINTA, PONTA CHANFRADA PARA MARCAR COM LINHA GROSSA OU SUBLINHAR COM LINHA FINA, PONTA DE 3 A 5 mm, TINTA FLUORESCENTE BRILHANTE NA COR LARANJA, BOA RESISTÊNCIA À LUZ, TAMPA COM CLIP, TINTA À BASE DE ÁGUA, NÃO CONTÉM PVC, CERTIFICADA PELO INMETRO ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

15 - CANETA MARCA TEXTO ROSA

QUANTIDADE: 240 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CANETA MARCA TEXTO, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, CORPO DE POLIPROPILENO NA COR DA TINTA, PONTA CHANFRADA PARA MARCAR COM LINHA GROSSA OU SUBLINHAR COM LINHA FINA, PONTA DE 3 A 5 mm, TINTA FLUORESCENTE BRILHANTE NA COR ROSA, BOA RESISTÊNCIA À LUZ, TAMPA COM CLIP, TINTA À BASE DE ÁGUA, NÃO CONTÉM PVC, CERTIFICADA PELO INMETRO ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 12 UNIDADES.

16 – PINCEL MARCADOR PERMANENTE, TINTA PRETA

QUANTIDADE: 360 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PINCEL MARCADOR PERMANENTE, COM ESCRITA CONTINUA E SEM FALHAS ATÉ O TÉRMINO DA CARGA, PONTA CHANFRADA, TINTA PRETA À BASE DE ÁLCOOL, CORANTES, RESINAS, SOLVENTES E ADITIVOS, COM PONTA DE FELTRO, RECARREGÁVEL, CORPO DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS, ESPESSURA DE ESCRITA DE 2,0mm 4,5 mm E 8,0 mm, CERTIFICADO PELO INMETRO, CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES. (PREGÃO ELETRÔNICO).

AGRUPAMENTO/LOTE 02

17 - APONTADOR DE LÁPIS (COM DEPÓSITO)

QUANTIDADE: 100 UNIDADES (EMBALAGENS COM 25 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: APONTADOR COM DEPÓSITO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO NO FORMATO RETANGULAR (DIMENSÕES APROXIMADAS DO DEPÓSITO 58x25x15mm), CORES SORTIDAS, LÂMINA EM AÇO TEMPERADO, CERTIFICADO PELO INMETRO, ACONDICIONAMENTO EM EMBALAGENS COM 25 UNIDADES.

18 – BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, 1 VIA, ACETINADO, (57mmX30m), BRANCA

QUANTIDADE: 900 BOBINAS (CAIXAS COM 30 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: BOBINA DE PAPEL ACETINADO, NA COR BRANCA, GRAMATURA ENTRE 57 E 65 g/m² APROXIMADAMENTE, 57 mm X 30 m, ACONDICIONADAS EM CAIXAS COM 30 UNIDADES, APRESENTAÇÃO EM INVÓLUCOS PLÁSTICOS COM DUAS UNIDADES.

19 - BORRACHA DE PAPELARIA, SINTÉTICA, ISENTA DE PVC, COM CAPA PROTETORA

QUANTIDADE: 240 UNIDADES (CAIXAS COM 24 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: BORRACHA PEQUENA, NA COR BRANCA, MEDINDO 42X21X11mm, SINTÉTICA, ISENTA DE PVC, MÁXIMA APAGABILIDADE, COM CAPA PLÁSTICA PROTETORA ERGONÔMICA QUE MANTÉM A BORRACHA LIMPA E FACILITA O USO, CERTIFICADA PELO INMETRO, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS COM 24 UNIDADES.

20 - CAIXA ARQUIVO MORTO

QUANTIDADE: 100 PACOTES (PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CAIXA DE ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO ONDULADO, FACE EXTERNA REVESTIDA DE KRAFT 140 g/m², DESMONTÁVEL, MEDINDO 360 X 140 X 250 mm APROXIMADAMENTE (FECHADA), NA COR PARDA, IMPRESSÃO EXTERNA EM TRÊS LADOS NA COR AZUL OU PRETA, COM CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE CONTEÚDO E DATAS, CADA PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES.

21 - COLA BASTÃO, LAVÁVEL, ATÓXICA, TUBO 10 G, BRANCA

QUANTIDADE: 500 TUBOS/UNIDADES (EMBALAGENS COM 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: COLA TIPO BASTÃO, PARA USOS DIVERSOS, FÓRMULA À BASE DE ÉTER DE POLIGLUCOSÍDEO, LAVÁVEL, ATÓXICA, APRESENTA-SE EM TUBO/BASTÃO COM PESO LÍQUIDO DE 10 GRAMAS, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS COM 10 UNIDADES, VALIDADE MÍNIMA DE UM ANO A PARTIR DA

ENTREGA, CERTIFICADA PELO INMETRO.

22 - COLA LÍQUIDA, PVA, LAVÁVEL, ATÓXICA, FRASCO 35 G, BRANCA

QUANTIDADE: 840 TUBOS/UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: COLA LÍQUIDA, PARA USOS DIVERSOS, FÓRMULA À BASE DE ÁGUA E ACETATO DE POLIVINILA (PVA), COLA 100% LAVÁVEL, MESMO DEPOIS DE SECA, PESO LÍQUIDO 35 GRAMAS, ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES, CERTIFICADA PELO INMETRO, VALIDADE MÍNIMA DE DOIS ANOS A PARTIR DA ENTREGA.

23 - CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, FRASCO C/ 18 ML

QUANTIDADE: 24 FRASCOS (CAIXAS COM 12 FRASCOS)

DESCRIÇÃO: CORRETIVO LÍQUIDO, FÓRMULA À BASE DE ÁGUA, INODORO, ATÓXICO, NÃO INFLAMÁVEL, DISPENSA SOLVENTE, COBERTURA NA PRIMEIRA APLICAÇÃO, FRASCO COM 18 ml, ACONDICIONAMENTO EM CAIXAS COM 12 FRASCOS, CERTIFICADO PELO INMETRO, VALIDADE MÍNIMA DE TRÊS ANOS A PARTIR DA ENTREGA.

24 - CORRETIVO TIPO ROLLER EM FITA, 4,2 MM X 8,5 M, P/ CORREÇÃO DE TEXTOS

QUANTIDADE: 480 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 24 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: CORRETIVO EM FITA, TIPO ROLLER, MEDINDO 4,2 mm X 8,5 m, ATÓXICO, POSSIBILITA ESCREVER IMEDIATAMENTE APÓS O USO, POIS NÃO REQUER TEMPO DE SECAGEM, COBRE DIVERSOS TIPOS DE TINTA, ACONDICIONADO EM CAIXAS CONTENDO 24 UNIDADES (SENDO 4 INVÓLUCROS COM 6 UNIDADES), CERTIFICADO PELO INMETRO, VALIDADE MÍNIMA DE 15 MESES A PARTIR DA ENTREGA.

25 - RÉGUA DE USO ESCOLAR/ESCRITÓRIO, 30 CM, POLIESTIRENO

QUANTIDADE: 120 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 24 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: RÉGUA EM POLIESTIRENO, 30 cm, GRADUAÇÃO PRECISA EM CENTÍMETROS E MILÍMETROS NUM LADO E POLEGADAS NO LADO OPOSTO, COR CRISTAL (TRANSPARENTE), DIMENSÕES APROXIMADAS 310 X 35 X 3 mm, INVÓLUCROS INDIVIDUAIS, CAIXAS CONTENDO 24 UNIDADES. (PREGÃO ELETRÔNICO)

26 - UMEDECEDOR DE DEDOS, SUPORTE DE PLÁSTICO, 12G, CREME

QUANTIDADE: 120 UNIDADES (EMBALAGENS COM 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: UMEDECEDOR DE DEDOS, UTILIZADO PARA MANUSEIO DE DOCUMENTOS, BASE PLÁSTICA REDONDA COM TAMPA, DIÂMETRO DE 70 mm APROXIMADAMENTE, COMPOSTO DE GLICÓIS, ÁCIDO GRAXO E ESSÊNCIAS, ATÓXICO, CERTIFICADO PELO INMETRO, PESO LÍQUIDO DE 12 GRAMAS

APROXIMADAMENTE, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES.
(PREGÃO ELETRÔNICO)

27 - ELÁSTICO DE LÁTEX, Nº 18 (100 GR.)

QUANTIDADE: 400 CAIXAS (CAIXAS CONTENDO 100 GRAMAS)

DESCRIÇÃO: ELÁSTICO DE LÁTEX, Nº 18, COMPOSTO DE BORRACHA NATURAL E ACELERADORES, CAIXA CONTENDO 100 GRAMAS, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 1 ANO A PARTIR DA ENTREGA, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS CONTENDO 100 GRAMAS

28 - GRAFITE 0,5 HB (TUBO COM 12 MINAS)

QUANTIDADE: 60 TUBOS (CAIXAS COM 12 TUBOS)

DESCRIÇÃO: CARGA DESENVOLVIDA PARA CONFERIR MAIS SUAVIDADE NA ESCRITA, GRAFITE 0,5 HB, CAIXA COM 12 TUBOS, CONTENDO 12 MINAS.
(PREGÃO ELETRÔNICO)

29 - GRAFITE 0,7 HB (TUBO COM 12 MINAS)

QUANTIDADE: 60 TUBOS (CAIXAS COM 12 TUBOS)

DESCRIÇÃO: CARGA DESENVOLVIDA PARA CONFERIR MAIS SUAVIDADE NA ESCRITA, GRAFITE 0,7 HB, CAIXA COM 12 TUBOS, CONTENDO 12 MINAS.
(PREGÃO ELETRÔNICO)

30 - GRAFITE 0,9 HB (TUBO COM 12 MINAS)

QUANTIDADE: 60 TUBOS (CAIXAS COM 12 TUBOS)

DESCRIÇÃO: CARGA DESENVOLVIDA PARA CONFERIR MAIS SUAVIDADE NA ESCRITA, GRAFITE 0,9 HB, CAIXA COM 12 TUBOS, CONTENDO 12 MINAS.
(PREGÃO ELETRÔNICO)

31 - LÁPIS PRETO Nº 2, CORPO DE MADEIRA, REDONDO, COR PRETA, ENVERNIZADA, MINA GRAFITE Nº 2

QUANTIDADE: 900 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: LÁPIS PRETO Nº 2, COMPOSTO DE MATERIAL CERÂMICO, GRAFITE Nº 2 E MADEIRA REFLORESTADA, MINA RESISTENTE E DE ESCRITA MACIA, CORPO DE FORMATO REDONDO NA COR PRETA E ENVERNIZADO, NÃO PERECÍVEL E ATÓXICO, NOME DO FABRICANTE GRAVADO NO CORPO, COMPRIMENTO MÍNIMO 175 mm, APONTADO, CERTIFICADO PELO INMETRO E CERTIFICAÇÃO FSC, CAIXAS CONTENDO 12 UNIDADES. (PREGÃO ELETRÔNICO)

AGRUPAMENTO/LOTE 03

32 - CLIPE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 3/0, PAC. 500 G

QUANTIDADE: 150 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS)

DESCRIÇÃO: CLIPE DE AÇO, PARALELO, TAMANHO DO CLIPE Nº 3/0, TIPO NIQUELADO, CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS DE CLIPES.

33 - CLIPE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 6/0, PAC. 500 G

QUANTIDADE: 150 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS)

DESCRIÇÃO: CLIPE DE AÇO, PARALELO, TAMANHO DO CLIPE Nº 6/0, TIPO NIQUELADO, CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS DE CLIPES.

34 - CLIPE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 8/0, PAC. 500 G

QUANTIDADE: 150 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS)

DESCRIÇÃO: CLIPE DE AÇO, PARALELO, TAMANHO DO CLIPE Nº 8/0, TIPO NIQUELADO, CAIXA CONTENDO 500 GRAMAS DE CLIPES.

35 - COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 10

QUANTIDADE: 500 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: COLCHETE LATONADO, UTILIZADO PARA PRENDER PAPÉIS EM PROCESSOS, TAMANHO Nº 10, CADA CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES.

36 - COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 15

QUANTIDADE: 1000 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: COLCHETE LATONADO, UTILIZADO PARA PRENDER PAPÉIS EM PROCESSOS, TAMANHO Nº 15, CADA CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES.

37 - COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 8

QUANTIDADE: 500 CAIXAS (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: COLCHETE LATONADO, UTILIZADO PARA PRENDER PAPÉIS EM PROCESSOS, TAMANHO Nº 8, CADA CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES.

38 - GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26/6

QUANTIDADE: 300 CAIXAS (CAIXAS CONTENDO 5.000 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: GRAMPO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR, TAMANHO 26/6, CAIXA CONTENDO 5.000 UNIDADES. (PREGÃO ELETRÔNICO).

39 - PERFURADOR PARA PAPEL, EM FERRO FUNDIDO, CAPAC. 60 FLS, 2 VAZADORES, COR CINZA

QUANTIDADE: 30 UNIDADES

DESCRIÇÃO: PERFURADOR PARA PAPEL, EM FERRO FUNDIDO, COM CAPACIDADE DE 60 FOLHAS DE 75g/m², COM 2 VAZADORES, NA COR CINZA MARTELADO, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (PREGÃO ELETRÔNICO)

40 - GRAMPEADOR METÁLICO PRETO (PARA 20 FOLHAS)

QUANTIDADE: 50 UNIDADES

DESCRIÇÃO: GRAMPEADOR METÁLICO, FABRICADO EM AÇO CARBONO, BASE DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS, DIMENSÃO DE 20 X 5 X 9 mm, SEGURA NO MÍNIMO 20 FOLHAS DE PAPEL 75 g/m², PARA GRAMPOS 26/6, EMBALAGEM CONTENDO 1 UNIDADE. (PREGÃO ELETRÔNICO)

41 – SUPORTE DE FITA ADESIVA, DE MESA, EM POLIESTIRENO, COR PRETA, P/ ROLO DE 12MMX65M

QUANTIDADE: 20 UNIDADES

DESCRIÇÃO: SUPORTE DE FITA ADESIVA, DE MESA, EM POLIESTIRENO, COR PRETA, LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL, ALTAMENTE CORTANTE, BASE ANTIDERRAPANTE, PERMITE ACLOPAMENTO DE ROLOS DE FITAS DE 1” E 3” (POLEGADAS) DE DIÂMETRO, ESPECIAL PARA CORTE DE FITA DE POLIPROPILENO, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (PREGÃO ELETRÔNICO)

42 - EXTRATOR DE GRAMPOS, AÇO INOX, TIPO ESPÁTULA

QUANTIDADE: 60 UNIDADES

DESCRIÇÃO: EXTRATOR DE GRAMPOS EM AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO ESPÁTULA, COMPRIMENTO APROXIMADO DE 15 cm, BOM ACABAMENTO E SEM REBARBAS, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL (CAIXA COM 1 UNIDADE).

AGRUPAMENTO/LOTE 04

43 - ETIQUETA ADESIVA, INK-JET/LASER (12,7X44,45MM), 4 COLUNAS COM 20 ETIQUETAS (4 X 20)

QUANTIDADE: 30 CAIXAS (CAIXAS COM 100 FOLHAS CONTENDO 8.000 ETIQUETAS NO TOTAL)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS ADESIVAS, BRANCAS, EM FOLHAS FORMATO CARTA, PARA IMPRESSÃO EM INK-JET/LASER, TAMANHO 12,7 X 44,45 mm, CANTOS ARREDONDADOS, 4 COLUNAS COM 20 ETIQUETAS CADA, CAIXA COM 100 FOLHAS CONTENDO 8.000 ETIQUETAS NO TOTAL.

44 – ETIQUETA ADESIVA, INK-JET/LASER (25,4X66,7MM), AMARELA, FLUORESCENTE, 3 COLUNAS COM 10 ETIQUETAS (3 X 10)

QUANTIDADE: 50 CAIXAS (CAIXAS COM 5 FOLHAS CONTENDO 150 ETIQUETAS

NO TOTAL)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS ADESIVAS PARA USOS ESPECIAIS, EM FOLHAS FORMATO CARTA, PARA IMPRESSÃO EM INK-JET/LASER, TAMANHO 25,4 X 66,7 mm, CANTOS ARREDONDADOS, COR AMARELA, FLUORESCENTE, 3 COLUNAS COM 10 ETIQUETAS CADA, CAIXA COM 5 FOLHAS CONTENDO 150 ETIQUETAS NO TOTAL.

45 – ETIQUETA ADESIVA PADRONIZADA (124X32MM) - (ENDEREÇAMENTO)

QUANTIDADE: 50 CAIXAS (CAIXAS CONTENDO 4.500 ETIQUETAS)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS ADESIVAS, COR BRANCA, EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, PARA IMPRESSORAS MATRICIAIS, 124 X 32 mm, CANTOS ARREDONDADOS, 1 COLUNA, CAIXA CONTENDO 4.500 ETIQUETAS.

46 – ETIQUETA ADESIVA PADRONIZADA (128X74,2MM) - (CAPEAMENTO)

QUANTIDADE: 50 CAIXAS (CAIXAS CONTENDO 2.000 ETIQUETAS)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS ADESIVAS, COR BRANCA, EM FORMULÁRIO CONTÍNUO, PARA IMPRESSORAS MATRICIAIS, 128 X 74,2 mm, CANTOS ARREDONDADOS, 1 COLUNA, CAIXA CONTENDO 2.000 ETIQUETAS.

47 – ETIQUETA ADESIVA PARA INK-JET/LASER, CARTA (33,9X101,6 MM), 2 COLUNAS COM 7 ETIQUETAS (2 X 7), CAIXA C/ 100 FOLHAS

QUANTIDADE: 60 CAIXAS (CAIXA COM 100 FOLHAS CONTENDO 1.400 ETIQUETAS)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS ADESIVAS, COR BRANCA, EM FOLHAS FORMATO CARTA, TAMANHO 33,9 X 101,6 mm, CANTOS ARREDONDADOS, PARA IMPRESSÃO EM INK-JET/LASER, 2 COLUNAS DE 7 ETIQUETAS CADA, CAIXA COM 100 FOLHAS CONTENDO 1.400 ETIQUETAS.

48 - ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA INK JET/LASER (105,0X74,0 MM), A4, 2 COLUNAS COM 4 ETIQUETAS (105,0X74,0 MM)

QUANTIDADE: 50 CAIXAS (CAIXA COM 100 FOLHAS CONTENDO 800 ETIQUETAS)

DESCRIÇÃO: ETIQUETAS AUTOADESIVAS, COR BRANCA, EM FOLHAS FORMATO A-4, TAMANHO 105,0 X 74,0 mm, CANTOS RETOS, PARA IMPRESSÃO EM INK-JET/LASER, 2 COLUNAS COM 4 ETIQUESTA CADA (2X4), CAIXA COM 100 FOLHAS CONTENDO 800 ETIQUETAS.

49 - FITA ADESIVA DE PAPELARIA, CREPE, MEDINDO 25MMX50M, BRANCA

QUANTIDADE: 200 ROLOS

DESCRIÇÃO: FITA CREPE ADESIVA, 25 mm X 50 m, BRANCA, COMPOSTA DE PAPEL CREPADO E TRATADO, ADESIVO À BASE DE RESINA E BORRACHA E TUBETE DE PAPEL, EMBALAGENS CONTENDO DE 5 A 9 UNIDADES.

50 - FITA ADESIVA DE PAPELARIA, POLIPROPILENO, MEDINDO 48MMX50M, TRANSPARENTE

QUANTIDADE: 500 ROLOS

DESCRIÇÃO: FITA ADESIVA TRANSPARENTE, POLIPROPILENO, 48 mm X 50 m, CAIXA COM 20 EMBALAGENS CONTENDO 5 UNIDADES CADA.

51 - FITA ADESIVA DE ACETATO DE CELULOSE (12 MM X 65 M)

QUANTIDADE: 150 ROLOS

DESCRIÇÃO: FITA ADESIVA DE ACETATO DE CELULOSE, TRANSLÚCIDA, PRATICAMENTE INVISÍVEL QUANDO APLICADA, ACEITA ESCRITA, 12 mm X 65 m, ADESIVO ACRÍLICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL (CAIXA COM 1 UNIDADE).

52 - RECADO AUTO ADESIVO GRANDE, 76X102 MM, 100 FLS, AMARELO, S/PAUTA

QUANTIDADE: 1000 BLOCOS

DESCRIÇÃO: RECADO AUTO ADESIVO GRANDE, FORMATO 76 X 102 mm, 100 FLS, COR AMARELA, SEM PAUTA, REPOSICIONÁVEL, COLA E DESCOLA COM FACILIDADE SEM DANIFICAR A SUPERFÍCIE ONDE É APLICADO, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS CONTENDO 48 BLOCOS COM 100 FOLHAS.

53 - RECADO AUTO ADESIVO PEQUENO, 38X50 MM, 4X100 FLS, AMARELO, S/PAUTA

QUANTIDADE: 720 PACOTES

DESCRIÇÃO: RECADO AUTO ADESIVO PEQUENO, FORMATO 38 X 50 mm, 4 X 100 FLS, COR AMARELA, SEM PAUTA, REPOSICIONÁVEL, COLA E DESCOLA COM FACILIDADE SEM DANIFICAR A SUPERFÍCIE ONDE É APLICADO, APRESENTAÇÃO EM CAIXAS CONTENDO 36 PACOTES COM 4 BLOCOS DE 100 FOLHAS CADA.

54 - MARCADORES DE PÁGINA ADESIVOS, BANDEIRINHA, EM POLIPROPILENO, CARTELAS COM 4 CORES

QUANTIDADE: 400 UNIDADES (APRESENTAÇÃO EM CAIXAS COM 20 CARTELAS/UNIDADES)

DESCRIÇÃO: MARCADORES DE PÁGINA ADESIVOS, BANDEIRINHA, REPOSICIONÁVEIS, ACEITAM ESCRITA, COMPOSTO DE FILME DE POLIPROPILENO E ADESIVO ACRÍLICO, CARTELAS COM 4 CORES DE MARCADORES, FORMATO 12 X 43 mm, COM 80 FOLHAS (20 FOLHAS DE CADA COR), ACONDICIONADAS EM DISPENSADORES (UM PARA CADA COR), APRESENTAÇÃO EM CAIXAS COM 20 CARTELAS/UNIDADES.

AGRUPAMENTO/LOTE 05

55 - PASTA PLASTIFICADA COM FERRAGEM

QUANTIDADE: 300 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA PLASTIFICADA EXTERNAMENTE, COM FERRAGEM TIPO GRAMPÓ TRILHO, EM CARTÃO DUPLEX DE BOA QUALIDADE, DIMENSÕES APROXIMADAS (FECHADA) 225 X 335 mm, GRAMATURA ENTRE 240 E 300 g/m², CORES PRETO E/OU AZUL ESCURO, EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES. (PREGÃO ELETRÔNICO)

56 - PASTA EM L FORMATO A-4 EM POLIPROPILENO INCOLOR

QUANTIDADE: 4000 UNIDADES (INVÓLUCROS COM 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA EM L, EM POLIPROPILENO INCOLOR, FOSCO, ANTIRREFLEXO, ESPESSURA 0,15 MICRAS, FORMATO A-4 (22 X 31 cm APROXIMADAMENTE), APRESENTAÇÃO EM INVÓLUCROS COM 10 UNIDADES.

57 - PASTA PLASTIFICADA COM ABA E ELÁSTICO

QUANTIDADE: 100 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA PLASTIFICADA EXTERNAMENTE, COM ABA E ELÁSTICO, EM CARTÃO DUPLEX DE BOA QUALIDADE, GRAMATURA ENTRE 240 E 300 GRAMAS/m², MEDIDAS APROXIMADAS (FECHADA) 23 x 34 cm, EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.

58 - PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR (2,0 CM)

QUANTIDADE: 50 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR, MEDIDAS APROXIMADAS (FECHADA) 330 x 245 x 20 mm, COR AZUL ESCURO, EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES.

59 - REGISTRADOR AZ, OFÍCIO, LOMBO 5 CM, C/ VISOR E ETIQUETA

QUANTIDADE: 40 UNIDADES (EMBALAGENS COM 4 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: REGISTRADOR AZ, TAMANHO OFÍCIO, LOMBO 5 cm APROXIMADAMENTE, COM VISOR E ETIQUETA, COM ORIFÍCIO PARA PUXAR GARNECIDO POR PEÇA PLÁSTICA, COMPOSTO DE PAPELÃO REFORÇADO REVESTIDO DE PAPEL FANTASIA RAJADO DE PRETO E BRANCO, PLASTIFICADO NO LADO EXTERNO, LOMBO NA COR PRETA, MEDIDAS APROXIMADAS (FECHADO) 35 X 28 X 5 cm, FERRAGEM NIQUELADA, DE ALAVANCA, PRESILHA PLÁSTICA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGENS COM 4 UNIDADES.

60 - REGISTRADOR AZ, OFÍCIO, LOMBO 8 CM, C/ VISOR E ETIQUETA

QUANTIDADE: 120 UNIDADES ((EMBALAGENS COM 4 UNIDADES))

DESCRIÇÃO: REGISTRADOR AZ, TAMANHO OFÍCIO, LOMBO 8 cm APROXIMADAMENTE, COM VISOR E ETIQUETA, COM ORIFÍCIO PARA PUXAR GUARNECIDO POR PEÇA PLÁSTICA, COMPOSTO DE PAPELÃO REFORÇADO REVESTIDO DE PAPEL FANTASIA RAJADO DE PRETO E BRANCO, PLASTIFICADO NO LADO EXTERNO, LOMBO NA COR PRETA, MEDIDAS APROXIMADAS (FECHADO) 35 X 28 X 8 cm, FERRAGEM NIQUELADA, DE ALAVANCA, PRESILHA PLÁSTICA, APRESENTAÇÃO EM EMBALAGEM COM 4 UNIDADES.

61 - REGISTRADOR AZ, REVEST. PVC, 345X285X70 MM, LOMBO 7 CM, COR PRETA

QUANTIDADE: 200 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: REGISTRADOR AZ, EM PAPELÃO COM REVESTIMENTO DE PVC, COR PRETA, FORMATO OFÍCIO, LOMBADA LARGA (7 cm APROXIMADAMENTE), COM VISOR TRANSPARENTE E ETIQUETA, ORIFÍCIO PARA PUXAR GUARNECIDO POR PEÇA METÁLICA, COM MECANISMO NIQUELADO DE ALAVANCA COM PRESILHA, SULCOS E TRAVAS DE FECHAMENTO NA CAPA, GUARNIÇÕES PROTETORAS METÁLICAS (CANTONEIRAS) NAS BORDAS INFERIORES E ENVOLVENDO OS CANTOS, DIMENSÕES APROXIMADAS (FECHADO) 285 X 70 X 345 mm, CAIXAS CONTENDO 50 UNIDADES.

62 - PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR (3,5 CM)

QUANTIDADE: 100 UNIDADES (EMBALAGENS CONTENDO 10 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR, MEDIDAS APROXIMADAS (FECHADA) 335 x 245 x 35 mm, COR AZUL ESCURO, EMBALAGENS CONTÉM 10 UNIDADES.

63 - PASTA SUSPensa, KRAFT 260 Gr/M², PARDO, OFÍCIO, 240 X 360 MM

QUANTIDADE: 900 UNIDADES (CAIXAS CONTENDO 50 UNIDADES)

DESCRIÇÃO: PASTA SUSPensa, CARTÃO KRAFT, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 260 g/m², NA COR PARDA, TAMANHO OFÍCIO (240 X 360 mm), ACOMPANHAM 2 HASTES PLÁSTICAS, 1 GRAMPO PLÁSTICO, 1 VISOR TRANSPARENTE E 1 ETIQUETA BRANCA, MODELO PADRÃO, CAIXAS CONTENDO 50 UNIDADES

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2013, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, nos termos do §6º, do artigo 27, da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, a (razão social da proponente) encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

São Paulo, de de 2013

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO III

Portaria PR-Nº 17/2004 - Sanções Administrativas

Estabelece normas para aplicação das sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 com alterações posteriores e 10.520/02; e Estadual nº 6.544/89 no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

O Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Professor Doutor Carlos Vogt, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 115 da Lei 8.666/93, observadas as alterações promovidas pelas Leis Federais nºs 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1º - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, em face do disposto nos artigos 81,86 e 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93 e alterações que lhe foram incorporadas, dos artigos 79, 80 e 81, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22.11.89 e do art.7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.02, obedecerá, no âmbito da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, as normas estabelecidas na presente Portaria.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração da FAPESP, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

I - multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
II - pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 3º - O atraso injustificado na execução do serviço, compra ou obra, sem prejuízo do disposto no §1º do artigo 86, da Lei 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

I - atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia; e
II - atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 0,06 % (seis centésimos por cento) ao dia.

Artigo 4º - Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

I - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
II - multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

Artigo 5º - A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

Artigo 6º - O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

Artigo 7º - As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE (Decreto Estadual nº 48.326/03), a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

Artigo 8º - A comunicação da irregularidade e a proposta de aplicação de penalidade deverão ser encaminhadas, pelo órgão de compras, à autoridade que autorizou a licitação, ou a contratação, no respectivo processo.

Artigo 9º - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.

§ 1º - Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

§ 2º - Recebida a defesa, a Autoridade competente deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.

§ 3º - Da decisão, caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, de cuja decisão cabe solicitação de reconsideração.

§ 3º - A multa imposta deverá ser recolhida, decorridos 5 (cinco) dias úteis da decisão do recurso ou, em sendo o caso, da solicitação de reconsideração.

§ 4º - Se o pagamento da multa não for efetuado dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, sua cobrança será efetuada judicialmente.

Artigo 10 - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a das outras.

Artigo 11 - As disposições constantes desta Portaria aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem realizadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 1º - A inexecução total ou parcial do contrato de obras e serviços de engenharia, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado, garantida a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções:

I - advertência.

II – multa.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a

Administração Estadual, por prazo não superior a dois anos.
IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

§ 2º - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, afim evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

§ 3º - A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados no cronograma de execução, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, previstas nos incisos III e IV, nos casos de inexecução total e parcial do contrato.

§ 4º - A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Estadual destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.

§ 5º - Na estipulação do prazo de suspensão dos direitos do contratado, que não poderá exceder a 5 (cinco) anos, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§ 6º - A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos Administração Estadual, bem como de com eles celebrar contratos.

§ 7º - A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas, de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.

§ 8º - A aplicação da sanção prevista no parágrafo anterior é de competência exclusiva do Governador do Estado, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo, no prazo de dez dias, contados da abertura de vistas.

§ 9º - Decorridos 5 (cinco) anos da declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.

Artigo 12 - A multa prevista no artigo anterior será:

I - de 10% (dez por cento) do valor global corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não

cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação; III - de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

§ 1º - O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pela FAPESP em decorrência da execução contratual.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

§ 3º - Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, o valor da multa deverá ser recolhido à conta da FAPESP, através de depósito bancário, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação.

§ 4º - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.

Artigo 13 - O material não aceito deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela administração da FAPESP, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da intimação.

Parágrafo único - A não ocorrência de substituição dentro do prazo estipulado ensejará a aplicação da multa prevista no artigo 3º desta Portaria, considerando-se a mora, nesta hipótese, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido no "caput" deste artigo.

Artigo 14 - O pedido de prorrogação de prazo final da obra, serviços, ou entrega de material, somente será apreciado se efetuado dentro dos prazos fixados no contrato ou instrumento equivalente.

Artigo 15 - As multas referidas nesta Portaria não impedem a aplicação de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais legislação correlata.

Artigo 16 - As normas estabelecidas nesta Portaria deverão constar em todos os procedimentos licitatórios e de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 17 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Paulo, 22 de outubro de 2004.



Carlos Vogt
Presidente

ANEXO IV
INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES

Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisições de material de escritório, conforme especificações constantes do Anexo I e V do Edital.

Agrupamento 01:	R\$ 150,00
Agrupamento 02:	R\$ 190,00
Agrupamento 03	R\$ 120,00
Agrupamento 04	R\$ 260,00
Agrupamento 05	R\$ 60,00

Obs.: Conforme item V, subitem 4.1.1.1, a aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **o preço global do respectivo agrupamento de itens/lote.**

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº / 2013

PROCESSO N.º 12/051 – M FAPESP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 0XX/2013 - FAPESP

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO: ...

FORNECEDOR(ES): ...

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES DO ANEXO I DO EDITAL.

REF. PREGÃO N.º 0XX/2013 - FAPESP

PREÂMBULO

Aos ... dias do mês de ... de 2013, a **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP**, instituída pela Lei n.º 5.918, de 18 de outubro de 1960, com sede na Rua Pio XI, n.º 1.500, Alto da Lapa, em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 43.828.151/0001-45, nos termos do artigo 11, alínea “a”, da mencionada lei, combinado com o artigo 6º, alínea “a”, do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 40.132, de 23 de maio de 1962, e demais disposições pertinentes, em face da classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO N.º .../... - para Registro de Preços, por deliberação do PREGOEIRO datada de .../.../..., homologada por ato da autoridade competente às fls. ... do Processo N.º .../... - ..., publicado no Diário Oficial de .../.../..., representada pelo seu Presidente, Prof. Dr. **Celso Lafer**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXX e do CPF n.º XXXXXX, com endereço especial no local acima indicado, RESOLVE registrar os preços para eventuais aquisições de material de escritório oferecidos pela(s) Empresa(s) cuja proposta(s) foi(ram) classificada(s), consoante discriminação apresentada no **ANEXO I** desta **ATA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

§1º. O objeto da presente **ATA** é aquele previsto no **ANEXO I** desta **ATA**, que passa a integrá-la.

CLÁUSULA SEGUNDA

VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

§1º. A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** terá validade de 12 (doze) meses, contado da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada de acordo com o Decreto Estadual n.º 58.494, de 29 de outubro de 2012.

§2º. A Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos monitorará os preços registrados através de pesquisa de preços, consulta aos bancos de dados que contém os preços dos produtos, trocas de informações com outras instituições, cotações e licitações.

§3º. Durante o prazo de validade da ATA inexistirá obrigatoriedade, por parte da FAPESP, de proceder aquisições exclusivamente por seu intermédio, podendo, quando julgar conveniente, utilizar outros meios expressamente contemplados em lei, sem que caiba ao detentor indenização ou recurso, assegurada preferência ao mesmo tão somente em igualdade de condições.

§4º. Neste mesmo interregno fica também garantido ao órgão responsável pelo REGISTRO o direito de cancelar a ATA na verificação de quaisquer das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA

UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§1º. É facultado aos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta, de agora em diante denominadas Unidades Requisitantes, cujo plano de trabalho contemple a aquisição de mobiliário e que tenham sido autorizados pela Gerência Administrativa da FAPESP, a utilizarem-se do presente Registro de Preços, ficando a(s) empresa(s) obrigada(s) a fornecer(em) os materiais solicitados nas mesmas condições contratuais aqui estabelecidas.

CLÁUSULA QUARTA

PREÇO

§1º. Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS constam do ANEXO I do Edital.

§2º. Por ocasião do fornecimento decorrente desta ATA, observar-se-ão, também quanto ao preço, as previsões estampadas no edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º XXX/2013 - FAPESP, que a precedeu e integra o presente instrumento.

§3º. Sempre que os preços registrados estiverem acima dos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será chamado para adequá-los à nova realidade.

CLÁUSULA QUINTA PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

§1º. Por ocasião do fornecimento, a FAPESP estabelecerá o prazo de entrega do material, não podendo, todavia, ultrapassar 15 (quinze) dias corridos, a partir da retirada do Pedido de Compra por parte do fornecedor.

§2º. O fornecimento será entregue no Almoxarifado da FAPESP, em perfeitas condições de uso e funcionamento, correndo por conta da detentora da ATA todas as despesas pertinentes, envolvendo, entre outras, aquelas com embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA SEXTA CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

§1º. O fornecimento decorrente da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será formalizado com o recebimento do Pedido de Compra ou documento equivalente pela detentora.

§2º. É obrigatório o atendimento de todos os pedidos concretizados durante a validade da ATA, inclusive para aquele(s) cuja(s) entrega(s) esteja(m) prevista(s) para data posterior à da sua validade.

§3º. O não cumprimento / observância das exigências pactuadas para o fornecimento, nos termos das previsões editalícias, implicará na retirada do material por parte da detentora, para substituição no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento da notificação, independentemente de eventual aplicação das penalidades cabíveis.

§4º. A requisição do fornecimento por parte de Unidades Requisitantes poderá ser levada a efeito por meio e-mail, fac-símile, memorando ou ofício, devendo dela constar a indicação do produto, quantidade pretendida, valor unitário, local e prazo de entrega, data, carimbo e assinatura do responsável.

§5º. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal / fatura.

§6º. Quando do recebimento do pedido formalizado por parte da FAPESP ou de Unidades Requisitantes, a empresa fornecedora deverá inserir, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

§7º. A cópia do pedido referido no parágrafo anterior deverá ser devolvida para a Unidade Requisitante, para que seja anexada aos processos de requisição e de liquidação de despesa.

§8º. O(s) produto(s) entregue(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente no âmbito do almoxarifado, pelo Gestor Técnico Administrativo Chefe, para efeito de posterior verificação da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, perfeito funcionamento, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias úteis corridos de sua entrega.

§9º. Em caso de não aceitação do(s) produto(s), fica o fornecedor obrigado a retirá-lo(s) e a substituí-lo(s) no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência das sanções capituladas na Cláusula Décima Terceira.

§10. Em caso de diferença de quantidade, fica o fornecedor obrigado a providenciar sua complementação no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação a ser expedida, sob pena de incidência nas sanções capituladas na Cláusula Décima Terceira.

§11. Quando o fornecedor classificado em primeiro lugar atingir o limite de fornecimento estabelecido ou por qualquer razão não puder entregar o produto, este poderá ser adquirido de outro signatário da ATA DE REGISTRO, observada sempre a ordem de classificação.

§12. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente, nos termos das prescrições legais.

CLÁUSULA SÉTIMA

PAGAMENTO

§1º. O pagamento será efetuado no 30º (trigésimo) dia subsequente ao RECEBIMENTO DEFINITIVO do(s) mesmo(s), por intermédio de crédito em conta corrente da signatária da ATA junto ao BANCO DO BRASIL S/A,

§2º. Na hipótese de emissão de Ordem de Compra, Nota de Empenho de Unidade Requisitante ou documento equivalente para entrega parcelada, o prazo estabelecido para pagamento será contado da entrega total parcelada.

§3º. No documento fiscal emitido em nome do órgão responsável pelo REGISTRO deverá ser destacado, quando for o caso, o desconto no preço referente ao ICMS, em conformidade com

o artigo 55 do ANEXO I do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (RICMS-SP), com a redação dada por força do Decreto n.º 48.034, de 19/8/03.

§4º. A empresa signatária da ATA que emitir Nota Fiscal fora do Estado de São Paulo e aquele que se enquadrar no regime de tributação “simples” paulista, de que trata a Lei Nº 10.086/98, estarão dispensados da previsão colacionada na **alínea “e” do item V do Edital**.

§5º. Não se aplica a regra consubstanciada no parágrafo 3º desta cláusula, às solicitações feitas por meio de eventuais beneficiários da Ata de natureza privada.

§6º. Em caso de irregularidade(s) no(s) item(ns) do(s) objeto(s) entregue(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização (ões).

§7º. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão responsável pelo REGISTRO, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

§8º. O pagamento em desconformidade com o prazo previsto será acrescido de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e calculado pro-rata tempore em relação ao atraso verificado.

§9º. O pagamento efetuado não isentará a empresa signatária da ATA das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

CLÁUSULA OITAVA

REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

§1º. É vedado reajustamento de preços no espaço de tempo de validade do REGISTRO CADASTRAL.

§2º. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA NONA

REVISÃO DE PREÇOS

§1º. Será permitida a alteração contratual para restabelecer a relação que as partes pactuaram entre os encargos da detentora da ATA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de superveniência de fatos imprevisíveis, retardadores ou impeditivos da execução

do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devidamente comprovada.

§2º. O Pedido de Compras e/ou documento equivalente emitido para o fornecimento de materiais/produtos, envolvendo o período compreendido entre o protocolo do pedido e a decisão do realinhamento, deverão ser cumpridos no valor avençado em contrato, sob pena de sujeitar-se à aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA ALTERAÇÃO DE QUANTIDADES

§1º. A quantidade prevista para efeito de fornecimento poderá ser alterada nos termos do art. 65 da Lei n.º 8666/93, mediante o correspondente termo de aditamento à ATA.

§2º. As signatárias da ATA ficam obrigadas a aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões de materiais/produtos registrados, até o limite de 25% do valor total pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§1º. O cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS poderá ser formalizado, de pleno direito, nas hipóteses a seguir indicadas, precedidas sempre, porém, do oferecimento de prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício do contraditório e da ampla defesa:

- §2º.** Pelo órgão responsável pelo REGISTRO, quando a signatária da ATA:
- I.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
 - II.** Recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - III.** Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV.** For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993.
 - V.** For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

§3º. A comunicação do cancelamento do preço registrado deverá ser feita pessoalmente, ou então por correspondência com aviso de recebimento, juntando o comprovante aos autos.

§4º. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da empresa detentora, a comunicação será feita por meio do Diário Oficial do Estado, por duas vezes consecutivas, considerando cancelado o preço registrado a contar da última publicação.

§5º. Independentemente das previsões retro indicadas, o fornecedor do bem poderá solicitar o cancelamento de seu REGISTRO DE PREÇOS na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

AUTORIZAÇÃO PARA REQUISIÇÃO E EMISSÃO DE ORDEM DE COMPRA E/OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

§1º. As autorizações para as aquisições decorrentes desta ATA serão de responsabilidade da Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos da FAPESP.

§2º. A emissão do Pedido de Compra, sua retificação ou cancelamento parcial ou total será igualmente de responsabilidade da Gerência de Licitações, Patrimônio e Suprimentos, ou a quem esta delegar.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

PENALIDADES

§1º. Independentemente das responsabilidades civil e/ou criminal, ficará impedido de licitar e contratar com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e demais órgãos e entidades da Administração Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, devendo, também, ser descredenciado, pelo mesmo prazo estabelecido anteriormente, do respectivo sistema de cadastramento de fornecedor, a pessoa física ou jurídica que praticar qualquer dos atos contemplados no artigo 7º, da Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, c/c o artigo 15 da Resolução do Comitê Estadual De Gestão Pública – CEGP – 10, de 19/11/2002, publicada no DOE, de 20/11/2002, sem prejuízo de sujeição às penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Portaria FAPESP n.º 17, de 22/10/2004.

§2º. A recusa injustificada da detentora desta ATA em retirar o(s) Pedido(s) de Compra correspondente(s) às ordens de fornecimento, observado o prazo delimitado para tanto, implicará na aplicação da multa de 30 (trinta) por cento do valor do documento de empenhamento de recursos, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10/02.

§3º. O retardamento injustificado da execução do objeto da Ata, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10/02, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada por dia de atraso sobre a obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

- I. Atraso de até 30 (trinta) dias: multa de 0,03%;
- II. Atraso superior a 30 (trinta) dias: multa de 0,06%.

§4º. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa decorrente da inadimplência contratual será de 10% (dez por cento) sobre o total ou parte da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço de nova contratação, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o artigo 15 da Resolução CEGP-10/02.

§5º. Além das previsões colacionadas nos números anteriores, se a signatária da ATA não atender às determinações da Administração no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação escrita que lhe for dirigida, estará sujeita, ainda, às multas diárias previstas na Portaria FAPESP N.º 17, de 22/10/2004.

§6º. A(s) multa(s) será(ão) descontada(s) do(s) pagamento(s) eventualmente devido(s).

§7º. Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data do recebimento, pela detentora, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da Unidade Fiscal Do Estado de São Paulo – UFESP, ou índice que venha substituí-lo.

§8º. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outras.

§9º. Da aplicação de multas caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso eficácia suspensiva.

§ 10. A mora na execução, além de sujeitar a signatária da ATA à multa, autoriza a Administração a declarar rescindido o contrato e punir a faltosa com a suspensão do direito de licitar e

contratar com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e demais órgãos e entidades da Administração Estadual, na forma capitulada no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o artigo 15º da Resolução CEGP-10/02, facultado, em quaisquer das hipóteses, o direito à defesa prévia e ao contraditório.

§ 11. A formalização da sanção prevista no artigo 7º da Lei Federal n.º 10.520/02, c/c o artigo 15º da Resolução CEGP-10/02, será levada a efeito nos termos do artigo 2º, c/c o artigo 1º, todos do Decreto n.º 48.999, de 29/09/2004, publicada no DOE de 30/09/2004, facultado, também para a aplicação de qualquer outra penalidade, o direito à defesa prévia e ao contraditório.

§12. Após o julgamento dos recursos contra a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e demais órgãos e entidades da Administração Estadual, ou transcorrido o prazo sem sua interposição, as penalidades aplicadas deverão ser divulgadas no sítio www.sancoes.sp.gov.br, sistema eletrônico de registro de sanções.

§13. Sem prejuízo da aplicação, à detentora, das sanções cabíveis, a Administração recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

§1º. Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização da execução dos serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata de Registro de Preços os documentos do EDITAL DE PREGÃO N.º XXX /2013, constantes do Processo n.º 13/004-M, e, em especial, a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação da(s) CONTRATADA(S).

§2º. A execução da Ata de Registro de Preços será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, publicada no DOU de 18/07/2002, Decreto Estadual N.º 47.297, de 06/11/2002, publicado no DOE de 07/11/2002, Resolução do Comitê Estadual De Gestão Pública – CEGP – 10, de 19/11/2002, publicada no DOE de 20/11/2002, Decreto Estadual n.º 47.945, de 16/07/2003, Decreto Estadual n.º 48.999, de 29/09/2004, publicado no DOE de 30/09/2004, Decreto n.º 51.809, de 16/05/2007, Portaria FAPESP N.º 03, de 09/03/2004, Portaria FAPESP N.º 17, de 22/10/2004, aplicadas subsidiariamente as disposições da Lei Federal n.º 8.666, publicada no DOU de 22/06/1993, e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
DISPOSIÇÕES GERAIS

§1º. Integram esta ATA o EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO N.º.../2012 e as PROPOSTAS das empresas CLASSIFICADAS, envolvendo aquela(s) que apresentou(aram) o menor preço e também a(s) outra(s) que concordou(aram) em fornecer o(s) produto(s) pelo preço da primeira colocada.

§2º. Os casos omissos nesta Ata serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação estadual e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA
FORO

§1º. Para dirimir as questões oriundas da presente Ata é competente o Foro da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo – Capital.

Presidente da FAPESP

EMPRESA(S) DETENTORA(S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ/MF:

TESTEMUNHAS:

NOME:
RG:
CPF:

NOME:
RG:
CPF:

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

Órgão ou Entidade: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Ata de Registro de Preços nº

Objeto: Registro de Preços para eventuais Aquisições de material de escritório, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º XXX/2013 .

FORNECEDOR(ES): ...

Na qualidade de Entidade e Fornecedor, respectivamente, do Termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito da defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, estamos CIENTES, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

São Paulo, de de 2013.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FORNECEDOR(ES): ...

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2013, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, em relação à empresa mencionada acima inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

São Paulo, de de 2013

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS À
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO**

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente), interessada em participar do PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2013, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa acima mencionada atende plenamente às normas relativas à saúde e segurança do trabalho.

São Paulo, de de 2013

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is) ou procurador devidamente habilitado.

ANEXO VIII
PLANILHAS DE PROPOSTA DE PREÇOS

À
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP
Pregão Eletrônico nº **16/2013**
Processo nº. 12/051-M

OBJETO – Constituição de Sistema de Registro de Preços para **aquisição de material de escritório**, conforme especificações constantes do Anexo I e V do Edital, com as seguintes características:

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

AGRUPAMENTO/LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE.	UND.	MARCA OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA AZUL	480	und.			R\$ -
2	CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA PRETA	480	und.			R\$ -
3	CANETA ESFEROGRÁFICA RETRÁTIL, TINTA VERMELHA	480	und.			R\$ -
4	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA AZUL	3000	und.			R\$ -
5	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA PRETA	1000	und.			R\$ -
6	CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA AZUL	480	und.			R\$ -
7	CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA PRETA	480	und.			R\$ -
8	CANETA ESFEROGRÁFICA, SEXTAVADA, TINTA VERMELHA	240	und.			R\$ -
9	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO HEXAGONAL, TINTA VERMELHA	500	und.			R\$ -

10	CANETA HIDROGRÁFICA AZUL, PONTA ULTRAFINA	360	und.		R\$ -
11	CANETA HIDROGRÁFICA PRETA, PONTA ULTRAFINA	360	und.		R\$ -
12	CANETA HIDROGRÁFICA VERMELHA, PONTA ULTRAFINA	240	und.		R\$ -
13	CANETA MARCA TEXTO AMARELA	600	und.		R\$ -
14	CANETA MARCA TEXTO LARANJA	360	und.		R\$ -
15	CANETA MARCA TEXTO ROSA	240	und.		R\$ -
16	PINCEL MARCADOR PERMANENTE, TINTA PRETA	360	und.		R\$ -

PREÇO TOTA/GLOBAL DO AGRUPAMENTO/LOTE 01

R\$

AGRUPAMENTO/LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE.	UND.	MARCA OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
17	APONTADOR DE LÁPIS (COM DEPÓSITO)	100	und.			R\$ -
18	BOBINA DE PAPEL PARA CALCULADORA, 1 VIA, ACETINADO, (57mmX30m), BRANCA	800	und.			R\$ -
19	BORRACHA DE PAPELARIA, SINTÉTICA, ISENTA DE PVC, COM CAPA PROTETORA	240	und.			R\$ -
20	CAIXA ARQUIVO MORTO (PACOTE CONTENDO 50 UNIDADES)	100	pacote			R\$ -
21	COLA BASTÃO, LAVÁVEL, ATÓXICA, TUBO 10 G, BRANCA	500	und.			R\$ -
22	COLA LÍQUIDA, PVA, LAVÁVEL, ATÓXICA, FRASCO 35 G, BRANCA	840	und.			R\$ -
23	CORRETIVO LÍQUIDO À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, FRASCO C/ 18 ML	24	und.			R\$ -
24	CORRETIVO TIPO ROLLER EM FITA, 4,2 MM X 8,5 M, P/ CORREÇÃO DE TEXTOS	480	und.			R\$ -
25	RÉGUA DE USO ESCOLAR/ESCRITÓRIO, 30 CM, POLIESTIRENO	120	und.			R\$ -

26	UMEDECADOR DE DEDOS, SUPORTE DE PLÁSTICO, 12G, CREME	120	und.			R\$ -
27	ELÁSTICO DE LÁTEX, Nº 18 (100 GR.)	400	caixa			R\$ -
28	GRAFITE 0,5 HB (TUBO COM 12 MINAS)	60	tubo			R\$ -
29	GRAFITE 0,7 HB (TUBO COM 12 MINAS)	60	tubo			R\$ -
30	GRAFITE 0,9 HB (TUBO COM 12 MINAS)	60	tubo			R\$ -
31	LÁPIS PRETO Nº 2, CORPO DE MADEIRA, REDONDO, COR PRETA, ENVERNIZADA, MINA GRAFITE Nº 2	900	und.			R\$ -
PREÇO TOTA/GLOBAL DO AGRUPAMENTO/LOTE 02						R\$

AGRUPAMENTO/LOTE 03						
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE.	UND.	MARCA OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
32	CLIQUE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 3/0, PAC. 500 G	150	caixa			R\$ -
33	CLIQUE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 6/0, PAC. 500 G	150	caixa			R\$ -
34	CLIQUE DE AÇO, PARALELO, NIQUELADO, NÚMERO 8/0, PAC. 500 G	150	caixa			R\$ -
35	COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 10 (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)	500	caixa			R\$ -
36	COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 15 (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)	1000	caixa			R\$ -
37	COLCHETE LATONADO PARA PROCESSO Nº 8 (CAIXA CONTENDO 72 UNIDADES)	500	caixa			R\$ -
38	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, GALVANIZADO, 26/6 (CAIXAS CONTENDO 5.000 UNIDADES)	300	caixa			R\$ -

39	PERFURADOR PARA PAPEL, EM FERRO FUNDIDO, CAPAC. 60 FLS, 2 VAZADORES, COR CINZA	30	und.			R\$ -
40	GRAMPEADOR METÁLICO PRETO (PARA 20 FOLHAS) 26/6	50	und.			R\$ -
41	SUPORTE DE FITA ADESIVA, DE MESA, EM POLIESTIRENO, COR PRETA, P/ ROLO DE 12MMX65M	20	und.			R\$ -
42	EXTRATOR DE GRAMPOS, AÇO INOX, TIPO ESPÁTULA	60	und.			R\$ -
PREÇO TOTA/GLOBAL DO AGRUPAMENTO/LOTE 03						R\$

AGRUPAMENTO/LOTE 04						
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE.	UND.	MARCA OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
43	ETIQUETA ADESIVA, INK-JET/LASER (12,7X44,45MM), 4 COLUNAS COM 20 ETIQUETAS (4 X 20) - (CAIXAS COM 100 FOLHAS CONTENDO 8.000 ETIQUETAS NO TOTAL)	30	caixa			R\$ -
44	ETIQUETA ADESIVA, INK-JET/LASER (25,4X66,7MM), AMARELA, FLUORESCENTE, 3 COLUNAS COM 10 ETIQUETAS (3 X 10) - (CAIXAS COM 5 FOLHAS CONTENDO 150 ETIQUETAS NO TOTAL)	50	caixa			R\$ -
45	ETIQUETA ADESIVA PADRONIZADA (124X32MM) - (ENDEREÇAMENTO) - (CAIXAS CONTENDO 4.500 ETIQUETAS)	50	caixa			R\$ -
46	ETIQUETA ADESIVA PADRONIZADA (128X74,2MM) - (CAPEAMENTO) - (CAIXAS CONTENDO 2.000 ETIQUETAS)	50	caixa			R\$ -
47	ETIQUETA ADESIVA PARA INK-JET/LASER, CARTA (33,9X101,6 MM), 2 COLUNAS COM 7 ETIQUETAS (2 X 7), CAIXA C/ 100 FOLHAS	60	caixa			R\$ -

48	ETIQUETAS AUTOADESIVAS PARA INK JET/LASER (105,0X74,0 MM), A4, 2 COLUNAS COM 4 ETIQUETAS (105,0X74,0 MM), CAIXA C/ 100 FOLHAS	50	caixa			R\$ -
49	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, CREPE, MEDINDO 25MMX50M, BRANCA	200	rolo			R\$ -
50	FITA ADESIVA DE PAPELARIA, POLIPROPILENO, MEDINDO 48MMX50M, TRANSPARENTE	500	rolo			R\$ -
51	FITA ADESIVA DE ACETATO DE CELULOSE (12 MM X 65 M)	150	rolo			R\$ -
52	RECADO AUTO ADESIVO GRANDE, 76X102 MM, 100 FLS, AMARELO, S/PAUTA	1000	bloco			R\$ -
53	RECADO AUTO ADESIVO PEQUENO, 38X50 MM, 4X100 FLS, AMARELO, S/PAUTA (PACOTES COM 4 BLOCOS)	720	pacote			R\$ -
54	MARCADORES DE PÁGINA ADESIVOS, BANDEIRINHA, EM POLIPROPILENO, CARTELAS COM 4 CORES	400	und.			R\$ -
PREÇO TOTA/GLOBAL DO AGRUPAMENTO/LOTE 04						R\$

AGRUPAMENTO/LOTE 05						
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	QTDE.	UND.	MARCA OFERTADA	PREÇO UNITÁRIO	SUBTOTAL
55	PASTA PLASTIFICADA COM FERRAGEM	300	und.			R\$ -
56	PASTA EM L FORMATO A-4 EM POLIPROPILENO INCOLOR	4000	und.			R\$ -
57	PASTA PLASTIFICADA COM ABA E ELÁSTICO	100	und.			R\$ -
58	PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR (2,0 CM)	50	und.			R\$ -
59	REGISTRADOR AZ, OFÍCIO, LOMBO 5 CM, C/ VISOR E ETIQUETA	40	und.			R\$ -
60	REGISTRADOR AZ, OFÍCIO, LOMBO 8 CM, C/ VISOR E ETIQUETA	120	und.			R\$ -

61	REGISTRADOR AZ, REVEST. PVC, 345X285X70 MM, LOMBO 7 CM, COR PRETA	200	und.		R\$ -
62	PASTA EM CHAPA DE PLÁSTICO ALVEOLAR (3,5 CM)	100	und.		R\$ -
63	PASTA SUSPensa, KRAFT 260 Gr/M ² , PARDO, OFÍCIO, 240 X 360 MM	900	und.		R\$ -
PREÇO TOTA/GLOBAL DO AGRUPAMENTO/LOTE 05					R\$

PREÇO TOTAL/GLOBAL GERAL (SOMA DOS SUBTOTAIS 01, 02, 03, 04 E 05)	R\$
--	------------

Propomos entregar/executar, sob nossa integral responsabilidade, os bens e serviços objeto deste Pregão Eletrônico FAPESP nº. 16/2013, de acordo com os prazos, quantidades, modelos e as especificações constantes do respectivo Edital e seus Anexos, estando incluídos no valor acima proposto todos os encargos operacionais e tributos devidos.

OBS.: * Poderão ser utilizadas apenas duas casas decimais após a vírgula para fixação dos preços. Desta forma, as empresas licitantes devem observar este critério durante a etapa de lances, caso contrário será necessário o arredondamento a menor do preço quando do realinhamento da proposta.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Local/data: _____, _____ de _____ de 2013.

Nota: A proposta de **preço global deverá** estar acompanhada desta Planilha de Proposta de Preços, preenchida em todos os seus tópicos e **sem elementos que permitam a identificação da licitante ofertante**, sob pena de desclassificação da proposta e exclusão do certame.

ANEXO IX
MODELO DO PEDIDO DE FORNECIMENTO

PEDIDO DE COMPRAS/SERVIÇOS			NÚMERO: xxx/13	
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO C.N.P.J. 43.828.151/0001-45 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO				
À XXXXXXXXXXXXXXXX C.N.P.J. xx.xxx.xxx/xxxx-xx - Inscr. Estadual: xxx.xxx.xxx.xxx				
PEDIMOS FORNECER O(S) MATERIAL(AIS) /SERVIÇOS ABAIXO:				
QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
-	UND.	Item do vencedor	X,xx	xx.xxx,xx
PRAZO DE ENTREGA Até 15 dias corridos		CONDIÇÕES DE PAGAMENTO 30 dias após o recebimento definitivo do(s) bem(ns)	TOTAL IMPOSTO DESCONTO TOTAL-GERAL	xx.xxx,xx xx.xxx,xx
PROCESSO: 12/051-M Pregão Eletrônico nº 16/2013 Ata de Registro de Preços		LOCAL PARA ENTREGA E MONTAGEM DOS BENS: SETOR DE SUPRIMENTOS (X)	HORARIO DE RECEBIMENTO: 8:30 às 11.30 horas 13:00 às 16:00 horas	

Wagner Vieira
Gerente de Licitações, Patrimônio e Suprimentos

São Paulo, xx de xxxxxxxx de 2013